



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 11128.007070/2010-59
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 3301-004.010 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 31 de agosto de 2017
Matéria MULTA ADUANEIRA - ADUANA
Recorrente WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 08/03/2007

AGÊNCIA MARÍTIMA REPRESENTANTE DE TRANSPORTADOR ESTRANGEIRO. PRESTAÇÃO INTEMPESTIVA DE INFORMAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

A agência de navegação marítima representante no País de transportador estrangeiro responde por irregularidade na prestação de informações que estava legalmente obrigada a fornecer à Aduana nacional.

VINCULAÇÃO INTEMPESTIVA DE MANIFESTO RELATIVO A CONTÊINERES VAZIOS. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO. CONDUTA DESCRITA NO ART. 107, INCISO IV, ALÍNEA 'E', DO DECRETO-LEI Nº 37/66.

A vinculação de manifesto referente a contêineres vazios fora do prazo previsto na legislação de regência tipifica a infração prevista na alínea 'e' do inciso IV do art. 107 do Decreto-Lei nº 37/66, sujeitando-se à penalidade correspondente.

Recurso Voluntário Negado

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Luiz Augusto do Couto Chagas - Presidente.

Liziane Angelotti Meira- Relatora.

Participaram da presente sessão de julgamento os conselheiros Luiz Augusto do Couto Chagas, José Henrique Mauri, Liziane Angelotti Meira, Marcelo Costa Marques

d'Oliveira, Maria Eduarda Alencar Câmara Simões, Semíramis de Oliveira Duro e Valcir Gassen.

Relatório

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório do Acórdão da DRJ/FOR, (fls. 49/59):

O presente processo é referente à exigência de multa pelo descumprimento da obrigação acessória de prestar informação sobre carga transportada, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. O lançamento, que foi contestado pela empresa autuada, totalizou R\$ 5.000,00 à época de sua formalização.

Da Autuação

De acordo com as informações contidas no campo DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO LEGAL, o Auto de Infração foi lavrado com base nos fundamentos a seguir sintetizados.

1) A empresa autuada deixou de prestar informação acerca de unidades de cargas vazias, que foram descarregadas sem prévia comunicação à Aduana, conforme Termo de Ocorrência anexado aos autos. Segundo informou o gerente operacional da autuada, a não apresentação da documentação ocorreu devido a problemas operacionais.

2) A omissão apurada configura descumprimento de obrigação acessória, pois a agência consignatária deixou de prestar informação sobre operação que executou na forma e no prazo estabelecidos pela RFB.

Diante dos fatos apurados, a autoridade lançadora lavrou o Auto de Infração em debate, tendo como fundamento os dispositivos mencionados no campo ENQUADRAMENTO LEGAL do Auto de Infração.

Da Impugnação

O sujeito passivo foi cientificado da exação em 12/11/2010 e apresentou impugnação (fls. 23-26) em 29/11/2010, na qual aduz os argumentos a seguir sintetizados.

a) A impugnante não tem legitimidade para figurar no pólo passivo do lançamento, pois não se reveste da condição de empresa de transporte internacional, nem é prestadora de serviço

de transporte internacional expresso porta-a-porta ou agência de carga. É apenas uma agência de navegação, que tem por fim

prover as necessidades do navio no porto de destino, e não pode ser equiparada às empresas mencionadas anteriormente.

b) O fato de a agência marítima ser representante do transportador estrangeiro não implica em responsabilidade solidária, pois a solidariedade tem que estar prevista em lei.

c) A conduta da impugnante não está tipificada no art. 107, IV, “e”, do Decreto-Lei nº 37/1966, com redação dada pela Lei nº 10.833/2003, uma vez que ela não causou prejuízo à ação fiscal nem deixou de prestar a informação, e a norma punitiva não admite analogia ou interpretação extensiva.

d) Mesmo que a conduta da impugnante pudesse ser considerada infração, ainda assim não seria cabível a multa aplicada, pois o pedido de retificação foi feito antes de qualquer ação fiscal, sendo aplicável ao caso o instituto da denúncia espontânea, constante no art. 138 do CTN, para fins de exclusão da penalidade.

Ao final a defesa requer que o lançamento seja julgado improcedente.

Por meio do Acórdão nº 08-26.797- 7ª Turma da DRJ/FOR (fls. 49/59), julgou-se improcedente a impugnação com a seguinte Ementa:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 08/03/2007

AGÊNCIA MARÍTIMA REPRESENTANTE DE TRANSPORTADOR ESTRANGEIRO. PRESTAÇÃO INTEMPESTIVA DE INFORMAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA.

Responde pela prestação intempestiva de informação legalmente exigida a agência de navegação marítima representante de transportador estrangeiro que tiver concorrido para a prática dessa infração ou dela se beneficiado.

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 08/03/2007

RELAÇÃO DE CONTÊINERES VAZIOS PARA DESCARGA NA ESCALA. VINCULAÇÃO INTEMPESTIVA DE MANIFESTO. ATRASO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO. MULTA.

A relação de contêineres vazios insere-se no rol de informações sobre a carga transportada a serem prestadas na forma e no prazo estabelecidos pela RFB, e a vinculação de manifesto referente a esses equipamentos após o prazo fixado configura atraso no cumprimento dessa obrigação, fato que é tipificado como infração autônoma e punível com multa específica.

INFORMAÇÃO INTEMPESTIVA SOBRE CARGA TRANSPORTADA.

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. DESCABIMENTO.

A prestação de informações sobre as cargas transportadas na forma e no prazo legalmente estabelecidos é obrigação acessória autônoma, cuja inobservância não comporta saneamento via

denúncia espontânea, que é expressamente afastada após a atracação do veículo transportador.

A Recorrente apresentou Recurso Voluntário (fls. 69/79), que teve provimento por meio do Acórdão nº 3801003.286– 1ª Turma Especial (fls. 108/116), com a seguinte Ementa:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 08/03/2007

DENÚNCIA ESPONTÂNEA. APLICAÇÃO ÀS PENALIDADES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. INTEMPESTIVIDADE NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.

Aplica-se o instituto da denúncia espontânea às obrigações acessórias de caráter administrativo cumpridas intempestivamente, mas antes do início de qualquer atividade fiscalizatória, relativamente ao dever de informar, no Siscomex, os dados referentes ao embarque de mercadoria destinada à exportação.

Recurso Voluntário Provido.

Cientificada do acórdão mencionado, o Representante da Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial (fls. 118/124), suscitando divergência quanto à exoneração da penalidade em comento por aplicação da denúncia espontânea prevista no art. 102, § 2º, do Decreto-lei nº 37/1966, com a nova redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010.

O recurso foi admitido por intermédio de Despacho 3100-425 – 1ª Câmara (fls. 126/127), e o Recorrente apresentou contrarrazões (fls 134/142).

O Recurso Especial foi provido em parte, por meio do Acórdão nº 9303003.630– 3ª Turma (fls. 182/190) com a seguinte Ementa:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Data do fato gerador: 08/03/2007

PENALIDADE ADMINISTRATIVA. ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO OU PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. INAPLICABILIDADE.

A denúncia espontânea não alcança as penalidades infligidas pelo descumprimento de deveres instrumentais, como os decorrentes da inobservância dos prazos fixados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de informações à administração aduaneira, mesmo após o advento da nova redação do art. 102 do Decreto-Lei nº 37/1966, dada pelo art. 40 da Lei nº 12.350, de 2010.

Recurso Especial Provido em Parte.

Determinou-se ainda na referida decisão o seguinte (fl. 190):

Com essas considerações, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso interposto pela Fazenda Nacional, para considerar inaplicável ao caso a denúncia espontânea, devendo o processo retornar à instância *a quo* para apreciação das demais questões trazidas no recurso voluntário e que não foram objeto de deliberação por aquele Colegiado."

Aplicando-se as razões de decidir, o voto e o resultado acima do processo paradigma ao presente processo, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º a 3º do art. 47 do RICARF, dá-se provimento parcial ao recurso interposto pela Fazenda Nacional, para considerar inaplicável ao caso a denúncia espontânea, devendo o processo retornar à instância *a quo* para apreciação das demais questões trazidas no recurso voluntário e que não foram objeto de deliberação por aquele Colegiado.

Dessarte, conforme determinado pelo acórdão referido, os autos do processo em referência foram reencaminhados a esta Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e a mim distribuídos, para apreciação das questões trazidas no Recurso Voluntário do Recorrente que não foram objeto de deliberação.

É o relatório.

Voto

Conselheira Liziane Angelotti Meira

O recurso voluntário foi tempestivo e atendeu aos demais pressupostos legais de admissibilidade e deve ser conhecido.

No Recurso Voluntário (fls. 69/79) o Recorrente alegou em síntese os seguintes itens:

- I DA TEMPESTIVIDADE
- II. DO LANÇAMENTO
- III. DA DECISÃO RECORRIDA
- IV. DA ANÁLISE DOS FATOS
- V. DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

Sobre o item I, já houve manifestação admitindo e conhecimento o Recurso. No item II, o Recorrente faz referência à infração e à respectiva penalidade constantes do Auto de Infração. No item III, há menção à decisão recorrida e também transcrição de sua ementa.

No item IV, o Recorrente questiona a multa aplicada, defendendo inexistência de infração, e, por outro lado, havendo a infração, alega que estaria configurada sua ilegitimidade, além da denúncia espontânea. Tendo em conta que nesta decisão não cabe se manifestar sobre a denúncia espontânea, colacionamos os demais aspectos deste item do Recurso Voluntário:

5. Preliminarmente convém registrar que a solicitação de retificação ocorreu de ofício em 08/03/2007, tendo como data do fato gerador 08/03/2007. Ocorre que de acordo com o art. 50 da IN RFB nº 800/2007, na redação dada pela IN RFB 899/2008, os prazos de antecedência somente serão obrigatórios a partir de 01 de abril de 2009. Logo, a atuação pretendida não deve prosperar,

uma vez que, tendo o fato gerador ocorrido em 08/03/2007. Ocorre que de acordo com o art. 50 da IN RFB nº 800/2007, o lançamento fiscal não encontra guarida na norma regulamentar.

6. Conseqüentemente, o lançamento há de ser desconstituído determinando-se o arquivamento dos autos.

7. E, o dispositivo legal, alínea "e", do Decreto-Lei nº 37/66, com redação dada pelo Art. 77 da Lei nº 10.833/2003, não se presta para suportar o lançamento objeto do presente processo, devendo, portanto, ser desconstituído vez que o erro cometido pela fiscalização fere frontalmente o disposto no art. 142 do CTN.

8. Convém esclarecer que agência de navegação, também denominada agência marítima, como é o caso da Recorrente, é uma empresa, como veremos adiante, que se destina a atender apenas as necessidades do navio que se encontra em porto brasileiro.

9. Portanto, não há base legal para fiscalização presumir que a Recorrente seja, para todos os efeitos legais, a responsável pelo transporte internacional e, por via de consequência, a responsável solidária pela multa regulamentar que a fiscalização lhe pretende cominar.

10. Também, não há como a fiscalização pretender arguir a responsabilidade solidária da multa regulamentar prevista termos da alínea "e", do Inciso IV, do art. 107 do Decreto-Lei nº 37/66, com redação dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833/03, com base na alínea "b", do Parágrafo Único, do art. 32 do do Decreto-Lei nº 37/66, já que este comando legal dispõe de responsabilidade solidária para imposto e não para a multa regulamentar ora em discussão, tendo a responsabilidade solidária que estar expressamente prevista em lei consoante os precisos termos do art. 121, II, do CTN.

(...)

11. Conseqüentemente, é absurda a imposição da multa pretendida pela fiscalização sob o pressuposto de **retificação** de registro intempestivo de dados de embarque, ausência de ilegitimidade passiva e inaplicabilidade da denúncia espontânea contemplada no art. 138 do CTN e no art. 102 do Decreto-Lei nº 37/66, com base no Art. 107, inc. IV, alínea "e", do Decreto-Lei nº 37/66, com redação dada pelo Art. 77 da Lei nº 10.833/2003, que dispõe, *in verbis*:

"Art. 107. Aplicam-se ainda as seguintes multas:

(...)

IV - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

(...)

e) por deixar de prestar informação sobre veículo ou carga nele transportada, ou sobre as operações que execute, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, aplicada à empresa de transporte internacional, inclusive a prestadora de serviços de transporte internacional expresso porta-a-porta, ou ao agente de carga;"

12. Caso pudesse considerar como infração a conduta da Recorrente, hipótese que se cogita apenas para argumentar, ainda assim não seria cabível a aplicação de qualquer penalidade, iso porque a Recorrente não é empresa transportador de mercadorias e nem tampouco empresa de transporte internacional expresso porta-a-porta ou agente de carga A Recorrente é tão somente uma agência marítima que se destina a atender as necessidade do navio no porto de destino.

(...)

19. Neste diapasão, encontra-se sedimentada jurisprudência do extinto, mas sempre Egrégio Tribunal Federal de Recursos e do Colendo Superior Tribunal de Justiça com fulcro no artigo 121, parágrafo único, inciso II, do Código Tributário Nacional, Lei Complementar. Reza o artigo 121, parágrafo único, inciso II, do CTN:

"Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei."

20. Deste modo, não se pode admitir a derrogação da súmula 192 de 19/11/1975 do extinto Tribunal Federal de Recursos, já que não há outra súmula substituindo-a ou revogando-a e uma vez que a mesma, em consonância com o comando legal referido, determina que ao agente marítimo, quando no exercício das atribuições próprias, não é considerado responsável tributário, nem se equipara ao transportador para efeito do Decreto-Lei nº 37/66.

21. Portanto, o agente marítimo é consoante o art. 4o da IN RFB 800/2007 representante da empresa de navegação, mas não responsável solidário com este com relação à eventual exigência de penalidades decorrentes de infração à legislação aduaneira. Não há como a fiscalização impor responsabilidade ao mandatário sem previsão legal e sob pena de descaracterizar indevidamente o contrato de mandato. O mandatário tem suas obrigações, mas não assume a responsabilidade do mandante.

22. Assim, se o legislador ordinária pretendesse impor a penalidade em discussão à agência marítima, o teria feito de forma expressa, e se não o fez não cabe ao intérprete fazê-lo, em respeito ao princípio da tipicidade fechada que norteia direito tributário brasileiro.

Por sua vez, no item V, o Recorrente apresenta seus argumentos relativos à ilegitimidade de sua autuação como responsável, transcrevemos:

23. De início, cabe esclarecer que, o e. relator do acórdão ora recorrido pretende impor ao agente marítimo responsabilidade tributária pela retificação de ofício de informações relativas ao Conhecimento Eletrônico já referido.

24. Para uma melhor análise da matéria e para evitar dispositivos legais que possam ser utilizados para tentar transferir a responsabilidade do transportador, do agente de carga e do operador portuário para o agente marítimo, convém transcrever a seguir dispositivos legais do Decreto-lei nº 37/66, a fim de que se afastar qualquer possibilidade de assunção de responsabilidade com base nos artigos, 32, 37, § 1º, do referido diploma legal:

"Art. 32 - É responsável solidário pelo imposto:"

25. Com efeito, a responsabilidade tributária solidária está prevista expressamente em lei para o imposto de importação e não para multa isolada que a fiscalização pretende impor à Recorrente. Não há como a fiscalização pretender, por analogia, exigir da Recorrente a multa isolada ora em discussão.

26. O art. 37, § 1º, do Decreto-Lei nº 37/66, dispõe:

"Art. 37 - O transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado

§ 1º O agente de carga, assim considerada qualquer pessoa que, em nome do importador ou do exportador, contrate o transporte de mercadoria, consolide ou desconsolide cargas e preste serviços conexos, e o operador portuário, também devem prestar as informações sobre as operações que executem e respectivas cargas."

27. Como se observa em nenhum momento o dispositivo legal acima transcrito menciona a responsabilidade à agência marítima, deixando claro que essa responsabilidade é do transportador (caput), do agente de carga e do operador portuário.

28. O Código Tributário Nacional determina em seu artigo 121, II, que a responsabilidade tributária deve ser expressamente prevista em lei, já que o responsável tributário não ostenta liame direto e pessoal com o fato jurídico tributário, decorrendo o dever jurídico de previsão legal.

29. Assim, sem previsão legal não pode a multa prevista na alínea "e", do Inciso IV, do art. 107 do Decreto-Lei nº 37/66, com redação dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833/03, ser aplicada à Recorrente.

30. Com efeito, representação também não se confunde com responsabilidade solidária para fins tributários, daí porque às agências marítimas, como no caso da Recorrente, não pode ser imputada a multa prevista no art. art. 107, inciso IV, alínea "e" do Decreto-Lei nº 37/66, com redação dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833/03.

31. E, nesse sentido, decidiu pela ilegitimidade passiva das agências marítimas, no Recurso Voluntário nº 506.150, processo nº 10711.003636/2006-44, a 2ª Turma Ordinária, 1ª Câmara, da 3ª Seção, do Egrégio Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

32. A lei e a jurisprudência não dispõem responsabilidade à agência de navegação no que tange à assunção de ônus pertinente à multa estabelecida pelo art. 107, inciso IV, alínea "e" do Decreto-Lei nº 37/66, com redação dada pelo Art. 77 da Lei nº 10.833/03, sendo esta única e exclusivamente de responsabilidade da empresa transportadora ou do agente de carga.

33. Consequentemente, qualquer equiparação de uma agência de navegação à uma empresa de transporte internacional para efeito de cominação da penalidade pretendida pela fiscalização, caracteriza, para todos os efeitos legais, extrapolação do poder de regulamentar da autoridade administrativa.

34. Ademais, exige a legislação de regência a identificação do sujeito passivo, art. 142 do CTN, no caso, a pessoa do transportador, o que não se acha devidamente esclarecido na peça fiscal. De se dizer que o auto de infração, por si só, não traz qualquer informação capaz de ao menos, contribuir para a identificação do transportador.

35. Ainda há que se considerar, conforme se depreende da parte final do caput do art. 9º do Decreto no. 70.235/72, que os autos de infração deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.

36. Portanto, as ações da fiscalização devem estar devidamente consubstanciadas por provas que sustentem o fato acusado, o que no caso do presente auto de fato não aconteceu.

37. Dessa forma, ao se pesquisar sobre a pessoa que atuou na condição de transportador para fins de aplicação da norma disposta, respectivamente nos art. 37 e 32, ambos do Decreto-Lei nº 37/66, fica-se diante dos autos que integram o presente processo, sem a devida resposta, uma vez que dito os autos nada informaram a respeito no que tange à agência marítima.

38. Apenas para esclarecer que as pessoas citadas no parágrafo 1º, do art. 37 do Decreto-Lei nº 37/66, agente de carga e operador portuário também devem prestar informações sobre as operações que executem e respectivas cargas, bem como o transportador mencionado no "caput" do referido comando legal. Contudo,

essas pessoas mencionadas pelo texto legal não se confundem com a agência marítima que tem personalidade e atividades próprias, por isto é, de atender as necessidades do navio no porto de destino.

39. Assim, não procede o ato administrativo do lançamento que imputa sujeição passiva sem carrear aos autos prova dessa condições. Inúmeras decisões nesse sentido há estão sendo proferidas pela 1ª Turma de Julgamento da DRJ/FNS.

Alega-se, no subitem 5 do item IV do Recurso Voluntário, que não teria sido descumprido o prazo para informação porque a solicitação de retificação ocorreu de ofício em 08/03/2007, tendo que a data do fato gerador foi em 08/03/2007; alega-se também que teria sido aplicado o prazo mínimo de antecedência previsto no art. 22 da IN RFB nº 800/2007, na redação dada pela IN RFB 899/2008, ainda não vigente no momento da autuação.

No entanto, não há que se cogitar de prazo de antecedência, pois foram entrados containers vazios já descarregados e circulando irregularmente antes de terem sido prestadas as informações pertinentes à RFB, remete-se ao texto do Auto de Infração (fl. 12):

Nesta data, por volta das 13:30 horas, o Sr. Mauro Augusto, Inspetor da Guarda, compareceu ao Plantão Fiscal desta EQVIB, a fim de relatar irregularidade presenciada por ele por ocasião da descarga de contêineres vazios que desceram do Navio Cala Pinguino, atracado junto ao cais, Saboo — 2, que, em apertada síntese, passamos a relatar:

Teriam saído 04 (quatro) containeres vazios pelo portão de acesso e, cerca de trinta minutos ou mais após, retornaram os mesmos caminhões cornos, mesmos contêineres, querendo novamente acessar, por aquele mesmo portão de acesso, as dependências do IPA Rodrimar.

A fim de verificar tal ocorrência, deslocamo-nos até o local, onde, após arguirmos o Sr. Arthur Xavier de Pinho, Técnico de Operações da Rodrimar, informou-nos de que teria ocorrido um engano, quando da saída daquelas unidades, mas que, face tal constatação, teriam solicitado o imediato retorno das unidades às dependências do IPA, momento esse que também nos entregou uma relação contendo 208 (duzentos e oito) contêineres vazios.

- De imediato, após abrirmos cada unidade e tendo constatado estarem todos de fato vazios, autorizamos o retorno das unidades àquele terminal.

Após retornarmos a este Plantão, constatamos não haver qualquer registro ou informação acerca da descarga das unidades de cargas vazias no Termo de Visita Aduaneira nº 967/07 apresentado, por ocasião da Visita, que se deu as 09:50 h desta manhã.

Nos termos da legislação vigente na época, especificamente o art. 50, parágrafo único, inciso II, da IN RFB nº 800/2007, as informações sobre os containeres vazios deveriam ser fornecidas antes da atracação. Portanto, a Recorrente não cumpriu o prazo.

O Decreto-Lei nº 37/66 que prevê, em seu art. 37, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003, o dever de prestar informações ao Fisco, nos seguintes termos:

Art. 37. O transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado.

§ 1º **O agente de carga, assim considerada qualquer pessoa que, em nome do importador ou do exportador, contrate o transporte de mercadoria, consolide ou desconsolide cargas e preste serviços conexos**, e o operador portuário, também devem prestar as informações sobre as operações que executem e respectivas cargas.

(...) (grifei)

O art. 107 do Decreto-Lei nº 37/66, também com redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003, prevê a multa pelo descumprimento desse dever, nos seguintes termos:

Art. 107. Aplicam-se ainda as seguintes multas:

(...)

IV - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

(...)

e) por deixar de prestar informação sobre veículo ou carga nele transportada, ou sobre as operações que execute, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, aplicada à empresa de transporte internacional, inclusive a prestadora de serviços de transporte internacional expresso porta-a-porta, ou ao agente de carga; e

No exercício da competência estabelecida pelo art. 107, IV, "e", do Decreto-Lei nº 37/66, foi editada a Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007, que nos seus arts. 4º e 5º, equipara ao transportador a agência de navegação representante no País de empresa de navegação estrangeira:

Art. 4º A empresa de navegação é representada no País por agência de navegação, também denominada agência marítima.

§ 1º Entende-se por agência de navegação a pessoa jurídica nacional que represente a empresa de navegação em um ou mais portos no País.

§ 2º A representação é obrigatória para o transportador estrangeiro.

§ 3º Um transportador poderá ser representado por mais de uma agência de navegação, a qual poderá representar mais de um transportador.

Art. 5º As referências nesta Instrução Normativa a transportador abrangem a sua representação por agência de navegação ou por agente de carga.

No caso em tela, tratando-se de infração à legislação aduaneira e tendo em vista que o Recorrente concorreu para a prática da infração em questão, necessariamente, ele responde pela correspondente penalidade aplicada, de acordo com as disposições sobre responsabilidade por infrações constantes do inciso I do art. 95 do Decreto-lei nº 37, de 1966:

Art. 95 Respondem pela infração:

I conjunta ou isoladamente, quem quer que, de qualquer forma, concorra para sua prática, ou dela se beneficie; (...).

O art. 135, II, do CTN determina que a responsabilidade é exclusiva do infrator em relação aos atos praticados pelo mandatário ou representante com infração à lei. Em consonância com esse comando legal, determina o caput do art. 94 do Decretolei nº 37/66 que constitui infração aduaneira toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que “importe inobservância, por parte da pessoa natural ou jurídica, de norma estabelecida neste Decretolei, no seu regulamento ou em ato administrativo de caráter normativo destinado a completá-los”.

Por sua vez, em relação à Súmula 192 do extinto TRF, trazida pela Recorrente, perfilha-se a conclusão constante do Acórdão nº 08-26.797- 7ª Turma da DRJ/FOR (fl. 54), de o entendimento dessa Súmula, do ano de 1986, "há muito se encontra superado, porquanto em flagrante desacordo com a evolução da legislação de regência. Com o advento do Decreto-Lei nº 2.472/1988, que deu nova redação ao art. 32 do Decreto-Lei nº 37/1966, o representante do transportador estrangeiro no País foi expressamente designado responsável solidário pelo pagamento do imposto de importação." Nessa mesma esteira, a responsabilidade solidária por infrações passou a ter previsão legal expressa e específica com a Lei nº 10.833/2003, que estendeu as penalidades administrativas a todos os intervenientes nas operações de comércio exterior.

Dessa forma, na condição de representante do transportador estrangeiro, o Recorrente estava obrigado a prestar as informações no Siscomex . Ao descumprir esse dever, cometeu a infração capitulada na alínea “e” do inciso IV do artigo 107 do Decreto-lei nº 37, de 1966, com redação dada pelo artigo 77 da Lei nº 10.833, de 2003, e, com supedâneo também no do inciso I do art. 95 do Decreto-lei nº 37, de 1966, deve responder pessoalmente pela infração em apreço.

Transcreve-se Ementa de decisão do CARF no mesmo sentido, Acórdão nº 3401-003.884:

Assunto: Obrigações Acessórias

Período de apuração: 04/01/2004 a 18/12/2004

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. INFORMAÇÃO DE EMBARQUE. SISCOMEX. TRANSPORTADOR ESTRANGEIRO. RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA MARÍTIMA. REPRESENTAÇÃO.

A agência marítima, por ser representante, no país, de transportador estrangeiro, é solidariamente responsável pelas respectivas infrações à legislação tributária e, em especial, a aduaneira, por ele praticadas, nos termos do art. 95 do Decreto-lei nº 37/66.

LANÇAMENTO. DESCRIÇÃO DOS FATOS. CLAREZA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

Descritas com clareza as razões de fato e de direito em que se fundamenta o lançamento, atende o auto de infração o disposto no art. 10 do Decreto nº 70.235/72, permitindo ao contribuinte que exerça o seu direito de defesa em plenitude, não havendo motivo para declaração de nulidade do ato administrativo assim lavrado.

INFORMAÇÃO SOBRE O EMBARQUE. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO. CONDUITA DESCRITA NO ART. 107, INCISO IV, ALÍNEA 'E', DO DECRETO-LEI Nº 37/66.

O contribuinte que presta informações fora do prazo sobre o embarque de mercadorias para exportação incide na infração tipificada no art. 107, inciso IV, alínea 'e', do Decreto-lei nº 37/66, sujeitando-se à penalidade correspondente.

Recurso voluntário negado.

Consigna-se, por fim, que esse entendimento é amplamente adotado na jurisprudência recente deste Conselho, conforme se depreende das seguintes Acórdãos: nº 3401-003.883; nº 3401-003.882; nº 3401-003.881; nº 3401-002.443; nº 3401-002.442; nº 3401-002.441, nº 3401-002.440; nº 3102-001.988; nº 3401-002.357; e nº 3401-002.379.

Dessa forma, demonstrada a infração e a legitimidade passiva da recorrente para responder pela multa capitulada na alínea "e" do inciso IV do artigo 107 do Decreto-lei nº 37, de 1966, com redação dada pelo artigo 77 da Lei nº 10, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário.

Liziane Angelotti Meira - Relatora